

MUNDOCMC

GEMF

**GABINETE EXECUTIVO DO
MINISTÉRIO DA FAZENDA**

**A CRISE INFLACIONÁRIA
BRASILEIRA (1990)**



DIRETORES

LORENZO FRÖHLICH FILIPPIN

LUIZ FERNANDO REIS PEREIRA

VITOR HUGO MENDES BARBOSA

VITOR STOLF PACKER

SUMÁRIO

1. Considerações Iniciais
2. Funcionamento do Comitê
3. Conceitos Econômicos
4. Instituições Econômicas Brasileiras
5. História Econômica recente no Brasil
6. Estudos de Caso
7. Representações
8. Fontes e Bibliografia

1. Considerações Iniciais

A função de um guia é óbvia: te guiar, direcionar. Essa função se torna extremamente importante em um comitê no qual a discussão é mais técnica, envolvendo uma temática pouquíssimo ou nada abordada nas escolas brasileiras, e por isso o Guia é pensado para atender, da melhor forma possível, aqueles que nada ou pouco entendem de economia. Por outro lado, é esperado um nível um pouco mais elevado de dedicação para este comitê, então ler o Guia por completo e seguir as instruções recomendadas, enquanto se estuda por conta própria (e tentamos te ajudar com isso), é muito importante tanto para seu aprendizado quanto para o funcionamento do comitê.

Quanto à Economia, ela diverge um pouco dos conteúdos e métodos abordados na sala de aula, misturando conhecimentos da área de humanas, especialmente história e ciências sociais (sociologia), enquanto usa a matemática como ferramenta. Por exemplo, a física procura estudar fenômenos da natureza e usa a matemática para explicá-los, já a economia faz a mesma coisa, mas em cima de fenômenos sociais. Enquanto a física utiliza definições como massa e velocidade, a economia faz uso de um denominador muito comum usado no dia a dia: o dinheiro. Se essa analogia não fez muito sentido, este vídeo – e os da sequência também – devem ajudar a entender um pouco melhor o que é economia: [Introduction to economics \(video\)](#).

Esse é um recurso que será usado ao longo deste guia, para não ficar cansativo e maçante ler um monte de texto (exceto eventuais links para artigos), ter uma abordagem um pouco diferente pode ajudar a aprender melhor algumas ideias e conceitos. Às vezes eles estarão no meio do texto, ou em rodapés¹.

Inclusive, a maioria dos vídeos sairá do mesmo site: Khan Academy, sendo que boa parte das aulas foram pensadas por Sal Khan, formado em diversas áreas, incluindo um bacharelado em matemática pelo MIT e um MBA pela Harvard Business School.² Já salvo essa fonte, fica a

¹ Como este aqui, por exemplo.

² E algumas feitas por Grant Sanderson, formado em matemática por Stanford e também autor do canal *3Blue1Brown*.

recomendação para explorar o site, com uma área dedicada aos estudos de introdução à economia.

Mas não se preocupe, apesar da primeira explicação e algumas apresentações ao longo do Guia, não será exigida – mas será bem-vinda, dado o bom-senso – uma abordagem quantitativa, que envolve fórmulas e gráficos; eles devem ser muito úteis em determinados contextos, mas o foco deste comitê será em um entendimento mais abrangente do tema do comitê, sobre a situação macroeconômica do Brasil no início dos anos 90, procurando estabelecer um debate mais qualitativo.

Também é importante fazer algumas pontuações sobre o comitê. Por ser um gabinete governamental, ele tem suas particularidades, que são melhor detalhadas no tópico 4 (Funcionamento do Comitê). Em suma, é um comitê mais flexível em relação ao regime interno de debate, já que é praticamente um comitê de crise (hiperinflação) e o foco dele está na solução do problema comum.

O que impacta também as representações (tópico 7), mas positivamente. Enquanto a maioria dos comitês possui representações com interesses individuais buscando cooperação em um ambiente competitivo, esse comitê requer uma discussão voltada para uma cooperação ampla, fazendo com que as representações estejam mais livres para concordar e discordar, mudar de opinião ao longo da discussão e absorver conhecimentos de outros.

Por fim, fica a dica de que, se tratando de economia, a maioria dos conceitos está interligada e acontecem mutuamente, sem se separar de poderes políticos e da máquina pública – o Estado afeta a economia e a economia afeta o Estado. Assim, não há problema e é até recomendado que o Guia não seja lido uma única vez, mas voltando e revisando tópicos, seja porque há alguma noção que passou despercebida ou porque foi observada alguma correlação com outro tópico. Boa leitura, bom aprendizado e bom preparo!

2. Funcionamento do Comitê

2.1. O Comitê

Este comitê é um *gabinete executivo* e histórico, considerando que é um debate entre pessoas reais e em um ambiente que simula um grupo com pessoas de um dos ministérios do Poder Executivo no Brasil, o Ministério da Fazenda; bem como do Banco Central, entre outras

instituições adequadas. Portanto, o comitê tem liberdade para trabalhar e exigir o que quiser, dentro de sua capacidade, conforme a lei (veja mais no tópico 4).

Essas exigências serão feitas por meio de documentos formais e detalhados chamados de Ordens, que, para ações que dizem respeito ao Ministério da Fazenda, devem ser aprovados pelo seu respectivo ministro, assim como ações monetaristas que dizem respeito ao Banco Central, que devem ser aprovadas por seu presidente.

Em cumprimento dessas Ordens, ações serão aplicadas conforme as exigências efetuadas ao nível federal. A concepção de gabinete aqui formulada é de que ele também seja dinâmico, portanto, as consequências dessas ordens serão dadas ao longo das sessões com pulos no tempo, escolhidos oportunamente durante o comitê.

2.2. Moderação e modelo do debate

A moderação do debate por eficiência organizacional manterá o modelo padrão de *questões e moções* usual em Modelos das Nações Unidas. Já a moderação da Mesa, também será a usual, mas poderá ser *presidencialista*, quando a moderação do comitê será feita por um delegado presente, tal que este pode ser votado a pedido de moção durante a sessão ou decidido à vontade da mesa diretora.

Quanto ao modelo de debate, o comitê se iniciará com a *lista de oradores*, mas cabe às representações o modelo mais funcional em cada momento, podendo se manter o debate moderado *à grega*, ou mudar para o *não-moderado* ao longo das sessões.

2.3. Outras considerações

O uso de linguagem matemática, fórmulas e gráficos é bem-vindo no comitê e até mesmo recomendado, mas não será obrigatório. Porque o fundamento do comitê está na concepção de ideias dentro de todo o contexto, de forma que a avaliação do problema e a resolução sejam e estejam em um campo mais qualitativo, se baseando em teorias econômicas e situações passadas e reais (base presente no próprio Guia). Apesar disso, a noção de ordens de grandeza

(emprego de termos como alto e baixo) e dados numéricos são de extrema importância para a correta avaliação e resolução dos problemas no comitê.

3. Conceitos econômicos

Neste capítulo, serão introduzidos alguns conceitos econômicos muito importantes para o entendimento do problema apresentado e para o funcionamento do comitê. Não é necessário entender tudo na primeira leitura, na realidade, é provável que o entendimento seja maior ao conectar essas explicações com as situações apresentadas ao longo dos capítulos 6, 7 e 8.

A maioria dos conteúdos apresentados aqui compõem a área de estudos da macroeconomia, ou seja, analisam o contexto do governo, banco central e de agregados econômicos. Como a sociedade é dinâmica e complexa, e por extensão as ações econômicas, entende-se que todas essas instituições e agregados econômicos estão relacionados e conectados, portanto, para cada mudança causada em um elemento, toda a estrutura pode ser afetada (por exemplo, a taxa de juros). Dessa forma, é importante que os conceitos aqui apresentados sejam muito bem entendidos e correlacionados.

3.1. Oferta e Demanda

O conceito mais básico e essencial das ciências econômicas, a Lei da Oferta e da Demanda (ou da Oferta e da Procura) é importante pois agrega informações básicas e relevantes de uma economia. Considerando um bem ou serviço em específico, ele relaciona preço e quantidade considerando a demanda e a oferta por esse bem.

Em suma, dada uma curva de demanda e uma curva de oferta para um produto ou serviço, a intersecção destes terá o preço e a quantidade de equilíbrio relacionadas.

- Se a demanda aumenta, o preço e a quantidade sobem;
- se a demanda diminui, o preço e a quantidade caem;
- se a oferta subir, o preço cai e a quantidade aumenta;
- se a oferta diminui, o preço sobe e a quantidade cai.

O seguinte artigo explica em maiores detalhes: [Equilíbrio, desequilíbrio e variações no equilíbrio de mercado](#) [**não é melhor colocar o link de acesso**]; e os seguintes vídeos, além da explicação, ajudam em uma maior compreensão visual do conteúdo:

- [Lei de demanda](#), [Mudanças na renda, população ou preferências](#) (este segundo é interessante pois já traz ideias de situações que podem ocorrer em macroeconomia);
- [Lei da oferta](#), [Fatores que afetam a oferta](#) (mesmo do segundo)
- [Market equilibrium](#), [Changes in Market Equilibrium](#).

Por ser um assunto introdutório, ele é essencial para entender outros conceitos mais adiante, apesar da macroeconomia, mais utilizada nesse comitê, estudar o agregado de agentes econômicos que aqui, ainda, são vistos em menor escopo, objeto de estudo mais aprofundado na microeconomia.

3.1.1. Oferta e Demanda agregadas

As leis da oferta e demanda também podem ser usadas ao nível macroeconômico, quando se “somam” vários produtos comuns de uma economia – os *agregados macroeconômicos*. Apesar da semelhança estrutural, explícito na forma do gráfico, a composição é um pouco diferente. Os seguintes vídeos (e um artigo) explicam com muita clareza:

- [Aggregate demand](#), [Shifts in aggregate demand](#).
- [Short run aggregate supply](#), [Long-run aggregate supply](#), [Shifts in aggregate supply \(article\)](#).
- [Short run and long run equilibrium and the business cycle](#), [Long run self adjustment](#).

3.2. Moeda

A moeda, além do que é chamada a moeda física cunhada em vários tipos de metal, é uma expressão mais abrangente, melhor explicada nos seguintes tópicos: Funções da Moeda, Oferta de Moeda e expansão monetária, Lastro da Moeda e Moeda Fiduciária. De certa forma, a palavra *dinheiro* se encaixa bem como explicação ou até mesmo substituto para a palavra moeda.

3.2.1. *Funções da Moeda*

As funções de uma moeda são: ela é **um** meio de troca entre todo tipo de produto ou serviço, amplamente aceita por uma população; ela é um estoque de valor, ou seja, não perde (muito) valor ao longo do tempo; ela é unidade de valor, ou seja, é uma referência numérica para o valor dos produtos ou serviços.³

Algumas outras características podem ser destacadas, como portabilidade, ou seja, é fácil de transportar fisicamente a moeda (ou dinheiro); divisibilidade, a qual é a capacidade de dividir valores em frações menores – geralmente um centavo como menor fração; e legalidade para uso como pagamento prévio ou futuro (financiamentos, investimentos, dívidas, etc.)

3.2.2. *Oferta de Moeda e expansão monetária*

A principal pergunta que deve ser respondida aqui é: como o Banco Central aumenta a oferta de moeda no país, ou seja, como se dá o aumento de moeda em circulação na população? A resposta dessa pergunta não é simples, pois esse aumento da oferta pode ocorrer de várias formas. Esse conceito é importante pois está diretamente relacionado à inflação.

Tudo começa com o dinheiro que o Banco Central tem guardado ou imprimirá, ou criar digitalmente, mas o que importa mesmo são as formas como esse dinheiro criado será emitido.

As formas são as seguintes:

- Compra de ativos financeiros do governo, os títulos públicos – no Brasil, estão relacionados ao Tesouro Direto (como o Tesouro Selic ou IPCA). Neste caso, o dinheiro entra em circulação por meio do governo.
- Gastos do governo. Quando o governo gasta o dinheiro tomado emprestado por títulos públicos comprados pelo Bacen, ele aumenta a moeda em circulação.

³ Exemplos podem ser vistos nesse vídeo: [Funções do dinheiro | Macroeconomia PIB | Khan Academy](#).

- Compra de ativos financeiros privados (i.e. CDBs ou CDIs⁴) de bancos comerciais⁵. Assim, os bancos possuem mais dinheiro para emprestar às empresas e famílias, circulando mais moeda.
 - Um ponto importante é que esse empréstimo dos bancos comerciais às empresas e famílias é geralmente realizado com base (valor mínimo) na taxa de juros definida pelo próprio Bacen, a Selic.
- O Bacen também pode comprar moedas estrangeiras, aumentando a circulação da própria moeda no exterior, que pode apreciar seu valor internacionalmente e estimular a economia doméstica.

Além de expandir a oferta de moeda, um país ou banco central pode tentar conter o aumento, ou diminuir a quantidade de moeda em circulação, apesar dessa prática ser bem mais incomum. Isso pode ser feito vendendo ativos aos bancos, recebendo e segurando o dinheiro;

3.2.2.1. Reserva Compulsória e Multiplicador Monetário

Quando o Banco Central compra ativos ou empresta dinheiro aos bancos, eles podem emprestar dinheiro para outros agentes econômicos, porém, nem todo dinheiro pode ser emprestado. Uma parte deve, obrigatoriamente, ficar depositada no banco, e essa parte é chamada de *reserva compulsória*. O resto pode ser emprestado. No total, a quantidade de moeda que entrará na economia é o valor emprestado pelo banco central multiplicado pelo *multiplicador monetário*, que vale $1/$ (reserva compulsória). Veja o vídeo: [Monetary policy tools](#).

⁴ Créditos de Depósito Bancário e Interbancário, respectivamente.

⁵ Instituições financeiras públicas ou privadas (empresas) que fazem o intermédio de transações financeiras entre o banco central, elas mesmas, empresas ou pessoas físicas. No Brasil, são exemplos o Banco do Brasil, Caixa Econômica, Itaú, Bradesco, entre outros.

3.2.3. *Lastro da Moeda e Moeda Fiduciária*

Uma moeda possuir um lastro, (ou âncora) significa que ela está atrelada a um tipo de bem (ou cesta de bens), como uma commodity ou ativo/produto, e essa relação significa que o valor desse bem afeta o valor da moeda. Por muito tempo foi utilizado por fortes economias o Padrão-Ouro, no qual as moedas desses países eram atreladas ao ouro, uma commodity extremamente estável pela pouca variação na oferta da moeda, ou seja, é um bem escasso.⁶ Algumas economias também adotam uma moeda estrangeira forte como âncora, sendo o dólar o exemplo mais comum.

Quando uma moeda não possui lastro ela é chamada de *moeda fiduciária*. Nesse caso, a moeda possui valor advindo da confiança no seu uso, pois mantém suas funções (3.2.1) de forma estável, além de ser a moeda comum escolhida pelo governo e mantida pelo estado - por isso, também conhecida como *moeda de curso forçado*. Para as moedas fiduciárias também vale o *câmbio flutuante* (ver mais em 3.). Entenda melhor a diferença em: [Commodity money vs. Fiat money](#).

3.3. Política Fiscal

A política fiscal trata, essencialmente, com arrecadação e gastos do governo. Nisso, o fluxo dos impostos e o nível de dívida pública são os principais elementos que compõem a política fiscal de um país. [Fiscal policy to address output gaps](#). [Tax lever of fiscal policy](#).

3.3.1. *Dívida Pública*

Dívida pública são todos os títulos de dívida que o governo possui, ou seja, o valor total que o governo deve a outras instituições, públicas ou privadas. Ela aumenta quando o governo gasta mais que arrecada.

É comum que governos emitam títulos de dívida pública, como o Tesouro Selic, Tesouro Prefixado ou Tesouro IPCA⁷ como forma de arrecadação no curto-prazo, seja para cobrir outros

⁶ O seguinte vídeo, além de explicar, realiza uma crítica e cria um debate em volta do Padrão-Ouro e as moedas fiduciárias: [Was Dropping The Gold Standard A Mistake? | Economics Explained](#) Também vale a pena conferir alguns comentários no vídeo.

⁷ Você pode conferir os tipos de ativos em <https://www.tesourodireto.com.br>.

tipos de dívida (como dívida externa) ou para serem conduzidos investimentos em áreas de interesse do governo.

3.4. Taxa de Juros (Selic)

A Taxa de Juros é a taxa (porcentagem) base de juros cobrados, definida pelo banco central a partir da taxa de juros pagos pela instituição que cuida das reservas monetárias do país quando esta empresta ativos aos bancos. No Brasil, a taxa de juros básica é a Selic, e essa é a taxa cobrada pelo Tesouro Nacional para os bancos comerciais quando estes tomam ativos emprestados, como o Tesouro Selic, Tesouro Prefixado ou Tesouro IPCA.

Vale notar que, apesar de a taxa Selic ser decidida pelo Banco Central, o Tesouro Nacional é do governo, subordinado ao Ministério da Fazenda, e por isso os títulos são públicos. Ou seja, a taxas mais altas, essa é uma forma do governo arrecadar fundos, porém, aumentando sua dívida interna e desacelerando a economia (ver tópico 3.5.3).

3.5. Inflação

Note que em todos os casos do ponto 3.2.2 (Oferta de Moeda), a moeda entra na economia gerando algum tipo de aumento na demanda, sejam os gastos do governo ou o consumo feito com o valor tomado como empréstimo por uma empresa ou família. Esse aumento geral na demanda de praticamente todos os setores da economia é chamado de inflação. Ou seja, em geral, a inflação, especialmente no longo prazo, é causada por uma expansão da oferta monetária, apesar de alguns outros fatores poderem entrar em jogo, mesmo que mais incomum.⁸ Em menor prazo, um fator também relevante é o da velocidade no qual o dinheiro circula, tal que mais dinheiro circulando é uma demanda maior e os preços aumentam, também valendo o inverso.

Também existe o oposto da inflação, apesar de raros os acontecimentos, a chamada *deflação*, quando os preços caem, causados por uma redução na demanda (consumo) e desaceleração econômica.

Este vídeo pode ajudar a entender melhor os conceitos e algumas consequências que serão abordadas nos próximos subtópicos: [Winners and losers from inflation and deflation](#)

⁸ Seguindo a Lei da Oferta e da Demanda, um aumento geral nos preços também pode ser causado por uma diminuição geral da oferta de bens em uma economia. Em uma economia pouco desenvolvida e rural, uma grande seca pode ser o motivo de uma inflação; guerras também são exemplos comuns de causas de inflação na história.

3.5.1. *Inflação e Crescimento Econômico*

Além da inflação, esse aumento da demanda advinda da expansão monetária pode representar um crescimento econômico. Dessa forma, se a quantidade de moeda emitida for proporcionalmente equivalente ao crescimento econômico de um país no longo prazo, a inflação pode manter níveis controlados e ser considerada saudável.

Considere este vídeo para entender melhor: [Teoria quantitativa da moeda](#). No final do vídeo (minuto 7), é explicado que, no curto prazo, o PIB (Y) não cresce, enquanto a oferta de moeda (M) cresce, levando a um crescimento dos preços (P) (inflação). Porém, se no longo prazo a economia de um país (Y) crescer proporcionalmente à oferta de moeda (M), o nível de preços tecnicamente não mudaria, ou pouco mudaria mas positivamente – veja em [Inflação moderada em uma boa economia](#).⁹ Vale notar que essa é uma teoria, e outras teorias e casos reais podem inferir outras conclusões.

3.5.2. *Estagflação*

Situação econômica no qual há estagnação e inflação simultaneamente, normalmente causada por um choque de oferta onde há escassez de produtos. Veja em: [Stagflation](#)

3.5.3. *Taxa de Juros e Inflação*

Dada a definição de taxa de juros no item 3.3, entende-se que a uma taxa maior, os empréstimos feitos aos bancos são mais caros e assim, empresas e pessoas são desencorajadas a o fazer, desincentivando o consumo. Além disso, como é mais rentável e seguro emprestar dinheiro para o governo, haverá preferência de investidores em relação ao Tesouro Direto, renunciando a investimentos em bancos ou empresas. Dessa forma, haverá menos dinheiro em circulação e isso pode conter a inflação. Também vale o oposto, ou seja, uma baixa taxa de juros incentiva o consumo e investimento, e enquanto isso pode significar crescimento econômico, a inflação pode aumentar (como explicado no item 3.4.2).

⁹ A unidade do Khan Academy que contém os vídeos é essa: [Long-run consequences of stabilization policies](#)

3.5.4. *Curva de Phillips - Inflação e desemprego*

A Curva de Phillips mostra uma relação negativa entre inflação e desemprego, ou seja, normalmente quando a inflação é menor (ou está sendo diminuída), o desemprego é maior, e vice-versa. Esse fenômeno pode ser explicado pela atividade econômica maior que certa inflação pode gerar (ver 3.4.1).

3.5.5. *Hiperinflação*

Situação onde a inflação é extremamente alta, e a própria moeda tem suas funções básicas (3.2.1) prejudicadas, mais precisamente a de estoque de valor – em alguns casos, até mesmo a unidade de conta. O seguinte vídeo explica muito bem essa situação, com exemplos: [When the functions of money break down: Hyperinflation.](#)

3.6. Indexação

Indexação é quando o preço de bens ou serviços estão atrelados a algum índice. Por exemplo, o salário de servidores públicos, mensalidades de um clube privado ou determinados tipos de investimentos podem estar indexados com alguma taxa de inflação, ou seja, quando um aumenta, o outro aumenta proporcionalmente. No Brasil, alguns índices ou indexadores comuns são o IPCA (Índice de Preços do Consumidor Amplo), o CDI (Certificado de Depósito Interbancário), IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), INPC (Índice Nacional de Preços do Consumidor), IPA-M (Índice de Preços por Atacado – Mercado), entre outros. Cada um desses avalia diferentes bens e serviços, com objetivos diferentes.

3.7. Comércio Internacional e Reservas

3.7.1. Câmbio monetário

O câmbio monetário é a troca de uma moeda pela outra, normalmente feita com a finalidade de realizar comércio internacional ou turismo. Já a taxa de câmbio é o preço pelo qual duas moedas são negociadas no mercado, elas podem funcionar em dois regimes diferentes, o fixo e o flutuante.

Quando o câmbio é flutuante, vários fatores determinam qual será essa taxa. Em geral, vale o preço de oferta e demanda agregada. Ou seja, se a demanda por uma moeda estrangeira aumentar, ela se valoriza em relação à moeda nacional, como no exemplo simplificado dado: [Currency exchange introduction](#). Uma explicação mais direta e completa se vê aqui: [Causes of shifts in currency supply and demand curves](#).

Este vídeo – [Accumulating foreign currency reserves](#) – (e o próximo na sequência) mostram uma nova ideia, a de reservas, e o papel do Banco Central nesse meio. Reservas são ativos, ou outras moedas, que o Banco Central detém, e ele mesmo pode vender essas moedas ou trocar. Geralmente, é interessante manter altas reservas de moedas mais valorizadas internacionalmente, como o dólar, euro e iene japonês, entre outros, por motivos que ficarão mais claros posteriormente. O comércio internacional, explicado no próximo tópico, também afeta as reservas.

Aí entra o caso do câmbio fixo. Nele, o Banco Central intervém comprando e vendendo moeda para manter a oferta e a demanda no mesmo patamar, assim, o preço de equilíbrio, sendo o preço da outra moeda, ou a taxa de câmbio, se mantém. Um câmbio fixo, ainda, pode se comparar com um lastro da moeda, caso o câmbio seja feito em uma moeda mais forte, como normalmente o dólar.

Em geral, apesar de muitos países adotarem um câmbio flutuante, é comum que os Bancos Centrais usem suas reservas para equilibrar preços e evitar grandes flutuações nos preços cambiais – [Using reserves to stabilize currency](#). Quando a moeda nacional desvaloriza (preço de equilíbrio aumenta) em relação à moeda estrangeira, seja por uma alta na demanda ou diminuição na oferta da moeda estrangeira, o Banco Central visa vender suas reservas para a população (aumento na oferta).

3.7.2. Câmbio, comércio internacional e inflação

Considere como a situação anterior afeta o comércio internacional de um país. Com uma moeda estrangeira ficando mais cara, as importações diminuem (e as exportações aumentam), afetando a oferta interna do próprio país. Por outro lado, se a própria moeda valorizar (e a estrangeira desvalorizar), as exportações do país diminuem, pois, outros países importarão menos, mas as importações aumentam, pois o poder de compra da moeda é maior internacionalmente. Essa dinâmica fica bem exemplificada nesse vídeo: [Introduction to currency exchange and trade](#).

Quanto às reservas, o comércio internacional as afeta da seguinte forma: ao exportar, moeda estrangeira entra no país, então o comerciante as troca pela moeda nacional nas casas de câmbio e essa moeda estrangeira entra nas reservas do Bacen. As importações, então, levam à saída de moeda estrangeira das reservas.

Vale notar que isso é uma simplificação e o nível de *abertura comercial* (leis, parcerias e blocos econômicos internacionais, etc.) são determinantes nessa dinâmica.

A inflação entra nessa situação da seguinte forma: se as importações diminuem e as exportações aumentam perante uma moeda estrangeira mais forte, a oferta de produtos no país diminui e os preços aumentam, causando inflação.

4. Instituições Econômicas Brasileiras

4.1. Ministério da Fazenda

O órgão governamental responsável pela economia do Brasil recebe tradicionalmente o nome de Ministério da Fazenda. Esse gabinete possui diversas atribuições, que aumentam e diminuem conforme o tempo, contudo, as relacionadas ao setor econômico-fiscal são suas principais atribuições. A estrutura do ministério é grande, contendo vários colegiados, conselhos, comitês e secretarias, as principais são: Secretaria da Receita Federal, Secretaria de Política Econômica, Secretaria de Acompanhamento Econômico e Secretaria do Tesouro Nacional. Dessa forma, cabe ao ministro atuar sobre todas essas faces do panorama econômico, gerindo a economia por meio de política fiscal e da política monetária, contendo crises e desenvolvendo alternativas para as solucionar, de modo a tornar o cenário favorável ao país e à população.

Desde a institucionalização do ministério, o Brasil desenvolveu muitas moedas de variadas formas e por diversos motivos, o principal é sempre para conter algum problema ocasionado nessa moeda. Tentar conter crises econômicas e altas taxas de inflação por meio de moedas tornou-se corriqueiro e de certa forma comum na história recente da economia brasileira. Nenhuma das moedas recentes se mostrou eficaz e duradoura, sendo um desafio para a população ter que se adaptar a todas essas mudanças e medidas governamentais.

4.1.1. Tesouro Nacional

O Tesouro Nacional é o órgão público subordinado ao Ministério da Economia responsável pelas reservas financeiras do governo, administrando-os desde a arrecadação até os gastos previstos conforme a Lei Orçamentária Anual.

4.2. Banco Central

A história do Banco Central começa desde a criação da Casa da Moeda, no fim do século XVII, e percorre vários processos de maturação. O primeiro momento é com a chegada de D. João no Brasil em 1808 e a formação do Banco do Brasil, exercendo múltiplos papéis como banco comercial e banco central. O segundo ocorre em 1945, que por conta das novas dinâmicas políticas e econômicas no âmbito internacional e a expansão da teoria macroeconômica, Getúlio Vargas cria a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), visando maior controle sobre o mercado financeiro e a inflação, preparando o ambiente econômico nacional para a criação de um banco central.

“A Sumoc tinha a responsabilidade de fixar os percentuais de reservas obrigatórias dos bancos comerciais, as taxas do redesconto e da assistência financeira de liquidez, bem como os juros sobre depósitos bancários. Além disso, supervisionava a atuação dos bancos comerciais, orientava a política cambial e representava o País junto a organismos internacionais.

O Banco do Brasil desempenhava as funções de banco do governo, mediante o controle das operações de comércio exterior, o recebimento dos depósitos compulsórios e voluntários dos bancos comerciais e a execução de operações de câmbio em nome de empresas públicas e do Tesouro Nacional, segundo as normas estabelecidas pela Sumoc e pelo Banco de Crédito Agrícola, Comercial e Industrial.

O Tesouro Nacional era o órgão emissor de papel-moeda.”¹⁰

O Banco Central do Brasil teve sua criação concretizada em 1965, como órgão responsável pelo conjunto dessas funções ditas acima, responsável pela política monetária do Brasil, com foco na supervisão do sistema financeiro do país, controle da emissão e circulação da moeda, junto da Selic – portanto, também responsável pela inflação – e manutenção das reservas financeiras estrangeiras para câmbio.

Um diferencial importante do Bacen é sua estrutura¹¹: ela é uma autarquia federal vinculada – e não subordinada – ao Ministério da Economia – ou seja, não é um Ministério propriamente dito, apesar de o Presidente do Banco Central ser considerado Ministro de Estado e ser indicado diretamente pelo Presidente da República e aprovado pelo Senado.

Dessa forma, o poder executivo consegue exercer grande influência no Bacen, e, portanto, na política monetária do país, para além do poder de indicação do presidente e da diretoria. O Conselho Monetário Nacional (CMN), por exemplo, é responsável pela definição da política de moeda e crédito do país (metas de inflação – apesar de o Bacen ter o controle da realização dessa política – composta pelo seu presidente, o Ministro da Economia e o Secretário Especial da Fazenda).¹²

4.3. Conselho Monetário Nacional

Criado em dezembro de 1964, o CMN é o principal órgão financeiro do país, pois é ele que expede normas e diretrizes gerais para o mercado financeiro. Assim, é competência dele regulamentar as políticas monetária, de crédito, orçamentária, fiscal e da dívida pública do Brasil.

Para isso, o CMN é composto pelas figuras mais importantes do país em relação à política econômica: o Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento, Presidente do Banco Central,

¹⁰ Leia em: [História do BC](#).

¹¹ Essa estrutura mudou em 2021, com a aprovação da [Lei Complementar 179/2021 – Lei da autonomia do banco central](#).

¹² O [site do Banco Central do Brasil](#) é bem completo em questão de informações institucionais, e deixa claro suas funções atualmente e as diferenças – e semelhanças – com sua atuação no passado.

Ministro da Indústria e Comércio, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, entre outros, além de uma equipe de membros de apoio.

5. História Econômica recente do Brasil

5.1. História Econômica brasileira durante o Regime Militar

O Regime Militar no Brasil durou de 1964 a 1985, período no qual a economia passou por mudanças significativas. Em resumo, foi marcado por grande intervenção estatal na economia, com grandes investimentos em infraestrutura, e proteção da indústria nacional sob a política de substituição de importações. Porém, com grandes custos ao governo, levando a um cenário de déficit e inflação, que explodiu em 1985.

O início do regime foi marcado com uma impressão positiva, marcada pela diminuição da inflação com desenvolvimento econômico, consequência da entrada do capital estrangeiro, estímulo de exportações e medidas para proteger o investimento financeiro, como a correção monetária. Foram feitas reformas fiscais, tributárias e financeiras.

Posteriormente, uma das principais políticas econômicas implementadas no regime foi o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que visava promover o crescimento econômico por meio de projetos de infraestrutura, como a construção de rodovias, portos e hidrelétricas. Fizeram parte do PND a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, a Ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica. No entanto, os esforços do governo para implementar essas políticas foram muitas vezes prejudicados pela corrupção, falta de planejamento e recursos, considerando os altos custos envolvidos especialmente para o governo que tomou empréstimos de órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional.

Outra importante política econômica implementada nesse período foi a industrialização por substituição de importações. O governo colocou altas tarifas sobre produtos importados para proteger as indústrias domésticas da concorrência estrangeira, que levou ao desenvolvimento de várias grandes empresas estatais e ajudou a criar uma base industrial doméstica, aumentando sua participação no PIB nacional e diversificando a matriz econômica. No entanto, também levou a ineficiências e falta de competitividade em muitas indústrias, bem como a um grande déficit comercial.

Essas políticas marcaram o período chamado de “Milagre Econômico”.¹³ O problema apareceu de fato, então, em 1973, com a chamada Crise do Petróleo de 1973, causada pela atuação da OPEP em relação aos eventos da Guerra de Yom Kippur. Com o choque de oferta do petróleo e o custo do barril quadruplicando, afetando todo o mundo, o crédito internacional teve seus juros aumentados. Enquanto o PIB do Brasil havia crescido 14% ainda em 1973, em 1975 o crescimento já havia retraído para 5,2%. Em 1979, outra Crise do Petróleo ocorreu, dessa vez causada pela Revolução Islâmica no Irã, segundo maior produtor de petróleo no mundo, que praticamente cortou sua produção e fez o preço do barril explodir, também tornando o crédito internacional muito mais caro. Para o Brasil, a importância disso é que o governo decidiu continuar se endividando. Se em 1964 a dívida pública externa era de US\$ 3,4 bilhões, em 1985 a dívida havia aumentado em 30 vezes, para mais de US\$ 100 bilhões, apesar das tentativas de negociação com credores e implementação de medidas de austeridade pelo governo. Em 1982, o governo até mesmo havia declarado falência, e precisou de empréstimos-ponte dos Estados Unidos para livrar o Brasil da insolvência.¹⁴

Dessa forma, apesar dos avanços consideráveis com o “Milagre Econômico”, a condução da economia posteriormente tornou o Brasil um país altamente endividado, com a moeda nacional com alta inflação – por volta de 220% em 1984, que explodiu em 1985.

5.2. Economia na democratização: hiperinflação e os falhos planos econômicos

Com a redemocratização em 1985, o Brasil se via em uma péssima situação econômica: o governo estava com uma altíssima dívida externa em desaceleração econômica, gerando uma crise fiscal, enquanto há uma larga máquina pública com muitas gigantes estatais sob sua gestão. Assim, para que os gastos públicos pudessem ser cumpridos, houve a necessidade de emissão monetária, esta que causaria a inflação a explodir nos anos seguintes, atingindo 363% em 1987, 980% em 88 e 1972% em 89.

Além da emissão monetária, um problema adicional é a da inflação inercial, que ocorre quando os preços presentes são ajustados para o futuro a partir da inflação passada, como forma de se proteger dela mesma. Isso afeta especialmente setores de varejo, por exemplo, que possuem muitos produtos e lucram com pequenas margens em vários deles. Se um comerciante acredita

¹³ [Esta matéria do BBC](#), uma das fontes usadas no texto, é bem explicativa e mantém um bom nível de profundidade com os dados apresentados.

¹⁴ [O mês em que o Brasil faliu - Jornal O Globo](#).

que teve perdas ao vender um produto abaixo de seu valor real devido à inflação, ele pode ajustar o valor ainda mais alto que a inflação passada para compensar essas perdas. Ou seja, a inflação inercial é nada menos que uma verdadeira bola de neve.

Para conter a inflação, os governos de José Sarney e depois Fernando Collor promoveram uma série de planos econômicos para conter a inflação e estabilizar os preços: Planos Cruzados I e II, (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991). Alguns desses planos até foram bem sucedidos no curto-prazo, mas nenhum funcionou no longo. Veja o que foi tentado em cada um deles:

- Plano Cruzado I (fevereiro 1986) ou Plano de Estabilização Econômica (PEE): Troca de moeda, do Cruzeiro para o Cruzado com o valor de 1000 para 1 (corte de 3 zeros); o “gatilho salarial”, que corrigia os salários quando o índice de inflação batia 20% em um mês; congelamento da taxa de câmbio oficial e de preços; e instituiu a Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) que garantia a não correção monetária por um ano, substituindo a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), que instituíram a indexação da economia ou correção monetária generalizada de preços. O plano havia funcionado bem no início, porém, o congelamento de preços fez com que produtores vendessem abaixo do preço de custo, causando escassez de diversos produtos¹⁵, especialmente alimentos.
- Plano Cruzado II (novembro 1986): promoveu o descongelamento de preços de alguns produtos e serviços para suprir a diminuição da oferta, e aumento de impostos e tarifas para cobrir os déficits governamentais, que levou a inflação a voltar a subir, atingindo 14,15% em dezembro de 1986. Nesse tempo, devido ao congelamento da taxa de câmbio oficial, o Cruzado estava artificialmente valorizado, levando a um aumento nas importações e diminuição das exportações, o que destruiu as reservas internacionais e levou o Brasil a declarar moratória da dívida externa, suspendendo o pagamento de juros.
- Plano Bresser (junho 1987): novo congelamento de preços e extinção do gatilho salarial. A taxa de câmbio foi desvalorizada, para recuperar as reservas internacionais e promover o superavit comercial, voltando a pagar as dívidas externas depois da

¹⁵ Essa situação é mais estudada em microeconomia, mas um teto geral de preços pode afetar a economia em maior escala. Entenda em: [How price controls reallocate surplus](#).

moratória. Foi instituída a Unidade de Referência de Preços (URP) como indexador financeiro para reajuste de preços e salários. Também foi um plano bem-sucedido, mas apenas nos meses iniciais, pois logo a inflação voltou a subir, já que o congelamento de preços não estava sendo respeitado.

- Plano Verão (janeiro de 1989): troca para nova moeda, do Cruzado para o Cruzado Novo, no valor de 1000 para 1, novo congelamento de preços e desindexação da economia, pela extinção da URP e OTN. Também foi falho, retardando a inflação no curto prazo, mas causando uma inflação anual de 1973% nesse mesmo ano, a maior registrada no período.
- Plano Collor I ou Plano Brasil Novo (março 1990): ocorreu o confisco de depósitos à vista e das poupanças pelo prazo de 18 meses, permitindo apenas retiradas e resgates de até NCz\$ 50 mil, evento que ficou conhecido popularmente como “confisco da poupança” e gerou certo abalo político, e a volta do Cruzeiro no valor de 1:1 do Cruzado Novo. O congelamento de preços e salários se repetiu, mas dessa vez ocorreu flexibilização do regime cambial e abertura comercial gradual, além de enxugamento da máquina administrativa. A ideia do plano era desmonetizar a economia (diminuir o dinheiro em circulação) para controlar a inflação, mas seu feitiço abrupta e descontroladamente – com várias brechas, como as “torneirinhas” – que também ocorreu no momento de remonetização, necessária para evitar uma recessão devido ao congelamento de preços, levou o plano ao fracasso, e a inflação tomara conta novamente.¹⁶
- Plano Collor II (janeiro 1991): novo congelamento de preços e salários, fim do *overnight*: contas indexadas em curtíssimo prazo (um dia) e aplicação da Taxa de Referência (TR). Não teve resultados relevantes em relação à inflação.

5.3. Dados econômicos da transição de regime de governo

A economia brasileira nos anos 80 e início dos anos 90 foi marcada pela estagnação na atividade econômica, desequilíbrio macroeconômico e pela hiperinflação. Entre 1980 e 1993,

¹⁶ O plano Collor foi provavelmente o mais complexo, mas também mais arriscado em tentar conter a inflação. Vale uma leitura mais aprofundada do que foi pensado e quais foram suas falhas.

o PIB cresceu, em média, 2,1% ao ano, mas irregularmente, com anos de alto crescimento e outros de alta estagnação. Por conta desse baixo crescimento, as contas públicas sofreram com a diminuição de receitas, junto a um aumento de gastos por conta de uma política expansionista, com incentivos e subsídios fiscais, a fim de tentar manter um maior nível de crescimento. Nesse mesmo período, a inflação chegou a 438% por ano, em média.

O setor secundário, de indústrias, que era um dos motores da economia brasileira nas décadas anteriores, teve queda na sua participação do PIB, de 33,7% em 1980 para 29,1% em 1993. Ainda, esse setor não acompanhou o mesmo desenvolvimento tecnológico que indústrias no âmbito internacional obtiveram na década de 80, e ainda, a taxa de investimento nesse setor teve drástica queda – 23,6% do PIB em 80 para apenas 14% do PIB em 92 – considerando ainda que o Estado era o principal investidor por meio de empresas estatais nesse setor, ainda sob pretexto da política de substituição de importações. Essa queda influenciou um aumento nos preços de diversos bens de investimento, necessários para outras indústrias, como as de consumo.

Entre 1990 e 1992, foram privatizadas em torno de 18 empresas nos setores de siderurgia, fertilizantes e petroquímica, por meio do Programa Nacional de Desestatização - PND (Lei 8.031/90). No total, foram arrecadados 4 bilhões aos cofres públicos, pagos com títulos de dívida pública, chamados de “moedas de privatização”. Outras 50 empresas ainda estão incluídas no programa, não finalizado.

5.4. Problemática atual

Em suma, os problemas atuais do cenário econômico no Brasil são:

- Hiperinflação, sendo que em 1993, as taxas de inflação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) atingiram 30,35%, 24,98%, 27,26%, 27,75% e 27,69%, dos meses de janeiro a maio, respectivamente. Um dos problemas diretamente causados por isso é o reajuste de preços conforme o último IPCA divulgado, ou seja, é criado um loop no qual os preços atuais/futuros são atualizados com a inflação passada. Com a inflação alta, é comum que índices sejam atualizados diariamente, causando um aumento alto e rápido nos preços.

- Déficit fiscal, causados por altos gastos, especialmente com as indústrias estatais, financiadas com emissão de moeda e baixa arrecadação, somados à corrosão do valor real das despesas;
- Taxa de câmbio desvalorizada, junto de reservas internacionais enxutas.

Devido às condições econômicas tão hostis, políticos viram-se obrigados a aderir à responsabilidade fiscal e arrumar as bagunças dos governos anteriores. Entre as medidas, foi fundada esta equipe, mais um grupo de pessoas que ficaria responsável pelo desenvolvimento econômico que afetaria mais de 150 milhões de pessoas; a equipe tinha total poder – o caso se tornou tão grave que os políticos fariam o que fosse preciso, inclusive acatar as decisões da equipe.

Devido às condições econômicas tão hostis que assolavam mais de 150 milhões de brasileiros, depois das várias e falhas tentativas de não só controlar a inflação, mas melhorar todo o ambiente econômico do Brasil, a alta classe política se viu obrigada a montar uma grande equipe de especialistas que envolveu grandes e importantes nomes da economia brasileira e até mesmo internacional. Toda nova ideia era admissível em qualquer nível da economia: reformas monetárias ou fiscais, com o principal objetivo de estabilizar a inflação e o poder de compra, o comércio doméstico e internacional, e a economia brasileira, preparando o ambiente para promover o crescimento econômico no futuro.

O início do comitê se passará na data 1 de junho de 1993, 10 dias após FHC ser chamado para assumir o Ministério da Fazenda no governo de Itamar Franco (19 de maio de 1993).

6. Estudos de caso

6.1. O caso alemão

A Alemanha passou por um dos mais severos casos de hiperinflação na história moderna na década de 1920, depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) os principais fatores que impactaram na perda do valor da moeda foram:

- O custo de indenização da Primeira Guerra Mundial aos Aliados, fator que restringiu as capacidades econômicas do país.

- O colapso do padrão ouro que o governo havia abandonado para gastar com os esforços da guerra, o que aumentou a oferta de ouro
- O Gasto maior que a arrecadação, fazendo com que houvesse impressão monetária ou endividamento que reduziu o valor da moeda.
- Perda da confiança na moeda, com o desespero e falta de confiança causada pela redução do valor do Marco de papel alemão, muitas pessoas tiraram suas reservas dos bancos que causou um declínio no valor da moeda.

Estes fatores em conjunto levaram a uma inflação média de 30% ao mês e drenaram o poder de compra de todos os artigos para a população. Por causa disso o governo alemão buscou alternativas para resolver o problema monetário e entre elas foi feito:

- Elaboração de uma nova moeda, o Rentenmark em 1923, atrelada a uma cesta de produtos básicos (similar a uma cesta básica) e atrelado por terras e outras reservas de valor, fator que ajudou a recuperação da confiança com a moeda e na estabilização de preços.
- A redução na quantia de dinheiro em circulação, o aumento dos juros e a venda de títulos públicos (como o tesouro direto no Brasil).
- A redução do gasto público e o aumento nos impostos para reduzir o *déficit* na receita e aprimorar a posição financeira do país, basicamente medidas visando a austeridade fiscal.
- Reformas econômicas que reduziram a burocratização das trocas, tornando um sistema mais liberal e eficiente, principalmente no setor agrícola, fator que ajudou a aumentar a competitividade nos setores.

Mesmo com as medidas, o país levou muitos anos para se recuperar dos impactos da hiperinflação, mas ajudaram a dar um fim a este período de dificuldade para o governo e sua própria população até o fim da década de 20.

6.2. O caso húngaro

A Hungria passou por dois períodos de inflação no século XX, tendo o mais intenso depois do período da segunda guerra, atingindo o maior grau de inflação de toda a história. As causas deste período se iniciam no ano de 1938 com o início dos gastos com a guerra, impressão e consequente perda do valor da moeda, a qual em 1944 já valia 1/14 do valor em 1939. O que seguiu o seu valor foi o entesouramento das riquezas da população e o relativo suprimento das necessidades da população, mesmo com o investimento do pólo industrial com a guerra.

Em 1945 a crise inflacionária se intensificou, pois a capacidade produtiva estava em aproximadamente 45% da de 1939, em função da destruição dos meios produtivos e falta de mão de obra qualificada e matéria-prima. Além disso, os gastos extraordinários com a guerra e com a manutenção do exército soviético dificultavam a recuperação da estabilização da economia húngara. Mesmo com todos esses problemas, o governo não tinha perspectiva para um plano de estabilização do problema e só realizou em 1946 uma solução temporária ao criar uma moeda (o forinto) que substituiu parte do ouro e dos dólares que o governo possuía para a liquidação das dívidas.

Só na metade de 1946, quando o poder do partido comunista húngaro ganhou força, as medidas escolhidas de fixar os preços de salários públicos e privados, preços de serviços e preços de produtos, além da contenção dos próprios gastos governamentais, proibição da posse de ouro e dólares pela população, concessão de crédito a empresas particulares. Tais fatores contiveram a impressão monetária e a ausência de oposição fizeram com que as medidas ocorressem sem oposição, fazendo com que o país tivesse uma inflação menor que toda a Europa, exceto pela Suécia e Dinamarca.

6.3. O caso americano

Os Estados Unidos da América viveram um período de grande inflação na década de 70, atingindo cerca de 20% ao mês, tendo como causa fatores diversos, mas a alta do preço do petróleo na década de 70, a economia expansiva aplicada pela *Federal Reserve*, a economia de *déficit* do governo americano e o abandono do atrelamento do dólar ao ouro (conhecido como choque Nixon) que transformaram o dólar em uma moeda fiduciária e gerando a capacidade do governo imprimir de acordo com seu desejo.

Estes fatores colaboraram para que a crise se estabelecesse e que a própria falta de otimismo afetasse o mercado de ações, fazendo com que elas perdessem metade de seu valor ao longo de

20 meses, por aproximadamente 10 anos pessoas não tiveram nenhum interesse em ações. Os gastos da manutenção da guerra no Vietnã com o do estado de bem-estar social mantido pelo governo Nixon e autorizado pelo congresso e mantendo uma política de *déficit* de arrecadação.

Em 1971, ano de eleição, Nixon fixou os preços dos produtos e salários e solucionou o problema temporariamente. Entretanto pouco tempo depois o impacto com altíssimas taxas e inflação seriam sentidas pelos americanos assim que as fixações fossem retiradas, por isso atingiu mais de dois dígitos logo após a liberação dos preços.

Mais tarde naquele mesmo ano, Nixon quebrou a ligação com o ouro e fez com que milhares de pessoas que possuíam reservas em dólar perdessem muito de suas reservas. Por fim, para agradar à população e mostrar um crescimento na economia, o presidente americano retiraria o presidente da FED e substituiria por um fantoche que manteria baixas taxas de juros para apresentar um crescimento a curto prazo.

Só na década de 80 medidas práticas foram tomadas para solucionar os problemas econômicos nos Estados Unidos da América. A FED junto ao governo restringiu a política monetária aumentando massivamente os juros (20%) fazendo com que fosse mais difícil adquirir empréstimos ou dívidas no geral, reduzindo a demanda e contendo o aumento de preços.

Além disso, o governo tomou medidas de austeridade fiscal, reduzindo gastos e aumentando impostos, para equilibrar as contas do governo e balancear a sua situação fiscal. Por fim, o governo tomou medidas de simplificação econômica, como desregulamentação industrial, aumento da eficiência econômica que ajudou a aumentar a competitividade e reduzir os preços (oferta e procura). Com isso, no final da década a economia finalmente pode se estabilizar e chegar a um razoável equilíbrio para que retornasse seu crescimento.

7. Representações

Em qualquer simulação, as representações são a parte de um comitê que, além de trazer imersão ao debate, direciona cada “delegado” em uma linha de estudo e raciocínio a se defender ao longo do comitê. Porém, tratando-se de um gabinete nacionalmente, as representações aqui são, na realidade, pessoas que participaram direta ou indiretamente na resolução do problema apresentado.

Algumas alterações foram necessárias, como o número de delegados – uma equipe de planejamento econômico dificilmente teria tantas pessoas envolvidas nesse mais alto nível de discussão – mas elas devem ter mais a acrescentar no debate que o contrário.

Além disso, como se trata de uma discussão mais técnica, é esperado que, apesar das divergências de pensamento (dadas as diferentes escolas econômicas)¹⁷ algum nível de discussão normativa, o debate seja baseado majoritariamente em falas positivas¹⁸. Ou seja, busca-se embasamento conforme as noções de macroeconomia estudadas (teoria) e casos reais que aconteceram ao longo da história (dados e informações), a partir da base de conhecimento dada no tópico 8 (Estudos de Caso). Além disso, nem todas as representações são de economistas, visando trazer maior dimensão ao debate.

Simultaneamente, isso mostra que as representações estão em um debate cujo foco é a resolução de um problema comum, uma crise; portanto, não se espera das representações que elas fiquem presas em uma “polex”, mas sim que desenvolvam as habilidades de argumentação com o aprendizado em economia e apliquem isso em um ambiente de discussão comum. Ou seja, a representação deve servir como uma base, um pequeno guia para ajudar nos estudos e no debate, e não uma restrição de um tipo ou outro de pensamento.

7.1. Fernando Henrique Cardoso

Fernando Henrique Cardoso é um sociólogo, professor e político brasileiro. Nascido no Rio de Janeiro em 1931, mudou-se para São Paulo, onde avançou em seus estudos, recebendo seu doutorado em sociologia pela Universidade de São Paulo. Antes ministro das Relações Exteriores, foi requisitado para que assumisse o cargo de *Ministro da Fazenda* e tomasse a frente da equipe e do processo de estabilização da inflação e da moeda.

7.2. Rubens Ricupero

Rubens Ricupero é um economista, professor, e diplomata brasileiro. Formado em direito pela Universidade de São Paulo, possui Ph.D. em Economia pela mesma instituição.

¹⁷ Veja mais em: [ESCOLAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO, DE MARX AOS AUSTRIÁCOS](#).

¹⁸ Explicado em [Argumentos normativos e positivos](#), terceiro vídeo introdutório do Khan Academy.

7.3. Ciro Gomes

Ciro Gomes é um professor e político brasileiro que ocupou vários cargos governamentais ao longo de sua carreira. Formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará, também estudou Economia na Universidade de Cambridge, no Reino Unido. Ocupou os cargos de prefeito de Fortaleza, deputado estadual pelo Ceará e governador do mesmo estado.

7.4. Pérsio Arida

Pérsio Arida é um economista e político que se formou no curso de economia da USP em 1975, iniciou sua carreira junto a André Lara Resende e estudaram em conjunto formas de combater a inflação do governo militar, criando a proposta “Larida” (uma junção de seus nomes).

Antes de chegar ao grupo do Ministério da Fazenda, trabalhou por sete anos no Grupo Moreira Salles, e em 1993 foi escolhido como *presidente do BNDES*, uma das composições mais importantes da CMN.

7.5. André Lara Resende

André Lara Resende é um economista e político. Formado em Ciências Econômicas pela PUC-Rio, pós-graduado pela Fundação Getúlio Vargas e PhD *pelo Massachusetts Institute of Technology* também na área de economia. Ocupou vários cargos governamentais importantes ao longo de sua carreira, inclusive como ministro do Planejamento e Orçamento, também atuou como presidente do Banco Central do Brasil.

Além de seu trabalho no governo, Resende também foi professor de Economia em várias universidades no Brasil e escreveu extensivamente sobre política econômica e desenvolvimento. Ele é amplamente respeitado por sua experiência e tem sido influente na definição da política econômica no Brasil.

7.6. Francisco Lafaiete de Pádua Lopes

Graduado em Ciências Econômicas pela UFRJ em 1967, realizou mestrado na FGV em 1968 e realizou uma tese de doutorado em Harvard com o título: “planejamento da desigualdade na economia em desenvolvimento”. Em 1984 publicou um artigo em revista afirmando que “só um choque heterodoxo pode derrubar a inflação” e acrescentou que a inflação era retroalimentada pelo governo, afirmando que a inflação existia, pois, o governo criou essa expectativa na economia.

Sua carreira pública consistiu em participações diversas, inclusive tendo sua primeira como superintendente do IPEA no Rio de Janeiro, ainda assumiu posteriormente a diretoria e presidência do banco central.

7.7. Gustavo Franco

Gustavo Franco é economista, político e escritor. Se formou em economia pela PUC-RJ e foi mestre pela mesma, publicando sua tese sobre “Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana”.

Além disso, Franco se envolveu em diversas discussões de artigos sobre medidas públicas que deveriam ser tomadas em relação a empresas exteriores. Recebeu o 7º prêmio do BNDES para economia por sua tese de mestrado. E teve participação marcante na equipe de Fernando Henrique Cardoso em 93.

7.8. Pedro Sampaio Malan

Pedro Sampaio Malan é professor, economista e engenheiro elétrico. Se graduou pela primeira vez em 1965 pela PUC-Rio e em seguida em 1966 iniciou o curso de economia na UERJ pelo curso oferecido pela CEPAL.

Sua principal função foi estabilizar a moeda durante os anos de aplicação como presidente do Banco Central escolhido por FHC.

7.9. Edmar Lisboa Bacha

Edmar Lisboa Bacha é um economista que iniciou sua vida pública pouco depois da publicação do livro *Belíndia*, no qual fazia um paralelo da época do Brasil que estava sendo construído com a qualidade da Bélgica para os que podiam e uma vida de Indiano para o resto, fato que fez com que ganhasse muita relevância na esfera pública. Em 1980 se tornou presidente do IBGE e acabou se retirando do cargo no governo Itamar Franco devido à manipulação de índices de preços.

Retornou à vida pública no mesmo governo ao apresentar formas de controlar a inflação ao ministro da economia, compondo então a equipe deste comitê, mas longe dos holofotes da cobertura da mídia sobre o tema.

7.10. Winston Fritsch

Winston Fritsch é um economista e engenheiro brasileiro, formado em Engenharia pela UFRJ e em Economia pela Universidade de Cambridge.

Winston Fritsch foi *secretário de políticas econômicas* durante o governo de Itamar e compôs a equipe de economistas do plano real, presidiu o BNDES por 10 meses e encerrou a vida pública em seguida se dedicando somente ao ramo privado em seguida.

7.11. Clóvis Carvalho

Clóvis de Barros Carvalho é engenheiro pela USP e um dos fundadores do PSDB. Foi secretário de economia e planejamento do Estado de São Paulo, ajudou a fundar o PSDB em 1988 e em 1993 integrou a *secretaria-executiva do Ministério da Fazenda*, responsável por gerenciar e organizar as equipes do gabinete econômico, mesmo ele não sendo economista. Futuramente se tornou Ministro da Casa Civil durante o governo de FHC.

7.12. Rogério Werneck

Rogério L. Furquim Werneck, é Ph.D. em Economia pela Universidade Harvard (1980). Concluiu a graduação em Ciências Econômicas na UFMG em 1970. Mestrado na Escola de

Pós-Graduação em Economia, da FGV, na qual lecionou entre 1975 e 1977. É professor do quadro principal do Departamento de Economia da PUC-Rio desde 1977.

7.13. João Sayad

João Sayad é Ph.D. em Economia pela Yale (1973). Concluiu a graduação em Ciências Econômicas na USP (1967). João Sayad foi o criador do Relatório Sayad, feito sob encomenda do governo do estado do Rio Grande do Sul para ser uma bússola que norteasse a solução dos problemas locais. Ocupou outros cargos públicos, como o de Secretário Estadual da Fazenda de São Paulo nos dois primeiros anos da gestão de Franco Montoro (1983 - 1985).

7.14. Armínio Fraga

Armínio Fraga é um economista brasileiro que também possui nacionalidade norte-americana, o qual se formou na PUC-RJ em 76 e obteve seu mestrado em 81. Fraga trabalhou na Fundação Getúlio Vargas como professor entre 85 e 88, paralelamente trabalhou no mercado financeiro a partir de 85 como economista chefe do banco de investimentos garantia entre 91 e 92 foi membro e diretor do departamento de assuntos internos e internacionais do Banco Central do Brasil. Mais tarde assumiria a presidência do BC durante o governo de FHC.

7.15. Paulo Nogueira Batista Jr.

Paulo Nogueira Batista Jr. se formou em 77 em ciências econômicas pela PUC-Rio e no ano seguinte obteve um mestrado em história econômica pela London School of Economics. Entre 1985 e 1986 foi secretário de assuntos econômicos do Ministério do planejamento, chefiou, entre 1986 e 1989, um centro de estudos da fundação Getúlio Vargas. Além disso, Nogueira buscou 80 formas de combater a inflação para os brasileiros e temeu muito a dolarização da moeda ao ponto de não se adotar um parâmetro interno.

7.16. Luiz Gonzaga Belluzzo

Luiz Gonzaga teve diversas formações ao longo dos anos, entretanto a que foi fator predominante durante sua vida foi a que teve sua graduação em 1969 no curso de pós-graduação em desenvolvimento econômico da Cepal, com isso atuou em diversas áreas. Entre

1974 e 92 foi assessor econômico do PMDB e secretário de política econômica durante o governo de José Sarney entre 88 a 90.

7.17. Alexis Stepanenko

Alexis Stepanenko, filho de imigrantes russos e economista brasileiro formado na PUC-RJ em 1964, trabalhou em diversas áreas até entrar na vida pública, biblioteconomia, editorial, administração e quando chegou a vida pública em 1992 durante o governo de Itamar, colaborou na chamada adaptação administrativa do antigo governo. Em 1993, assumiu o governo como Ministro do Planejamento, um dos representantes no CMN. E, apesar de ter feito importantes participações no governo, se envolveu em diversos escândalos com banqueiros, economistas e analistas de governos e corporativistas, fazendo com que fosse muito criticado e tivesse dificuldade em estar seguro em algum cargo.

7.18. Élcio Álvares

Élcio Álvares foi um economista e político formado em ciências sociais em 1955 e iniciou sua carreira política em 1966, perdeu a primeira disputa, porém em 1971 assumiu como deputado federal pelo Espírito Santo até 1975 e governou o Espírito Santo até 1979 em seguida, ficou sem cargo temporariamente até que em 1990 assumiu como senador. Assumiu no final de 1993 o cargo de Ministro da Indústria e Comércio no governo Itamar, compondo também a CMN.

8. Fontes e Bibliografia

PINHEIRO; Armando Castelar, GIAMBIAGI, Fabio; GOSTKORZEWICZ, Joana. O Desempenho Macroeconômico do Brasil nos Anos 90. Acesso em: [O Desempenho Macroeconômico do Brasil nos Anos 90](#).

[Banco Central do Brasil – Planos econômicos fracassaram em derrotar a superinflação até a chegada do Real.](#)

[Banco Central do Brasil – Plano Real](#)

[Lançado há 20 anos, Plano Real acabou com a hiperinflação - TV Câmara](#)

[O que é dívida pública? Qual é o seu papel?](#)

[Impactos da autonomia do Banco Central: o que muda? | Politize!](#)

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56004766>.

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>.